Birla Carbon Brasil Ltda.

CNPJ nº 02.634.915/0002-65

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.417	34.034
Contas a receber de clientes	5	168.454	174.305
Empréstimos com partes relacionadas	8	34.253	-
Estoques	6	68.848	62.806
Impostos a recuperar	7	28.973	23.282
Outras contas a receber		16.471	8.225
Total ativo circulante		**335.416**	**302.652**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	7	8.684	7.770
Ativo fiscal diferido	14	-	8.058
Empréstimos com partes relacionadas	8	71.685	63.159
Depósito judicial	16	54.535	53.623
Total realizável longo prazo		134.904	132.610
Imobilizado	9	127.278	122.880
Intangível	10	-	25.903
Total ativo não circulante		**262.182**	**281.393**
Total do ativo		**597.598**	**584.045**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	11	66.424	78.363
Empréstimos e financiamentos	12	354	254
Valores a pagar a empresas ligadas	8	1.269	2.315
Impostos e contribuições a recolher		8.576	7.030
Obrigações sociais e previdenciárias	13	8.870	9.699
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	5.505	2.264
Provisão para benefício pós emprego	15	1.309	2.079
Provisões diversas e outras contas a pagar		1.473	1.821
Total passivo circulante		**93.780**	**103.825**
Não circulante			
Provisão para benefício pós-emprego	15	8.543	10.329
Provisão para contingências	16	49.714	49.166
Passivo fiscal diferido	14	9.657	-
Empréstimos e financiamentos	12	668	1.022
Valores a pagar a empresas ligadas	8	10.760	9.819
Outras provisões		-	-
Total passivo não circulante		**79.342**	**70.336**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	204.120	204.120
Ajustes de avaliação patrimonial		305	92
Lucros acumulados		220.051	205.672
		424.476	**409.884**
Total do passivo e patrimônio líquido		**597.598**	**584.045**

Demonstrações de resultados - Exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita líquida	18	756.757	777.664
Custo dos produtos vendidos	19	(564.227)	(608.265)
Lucro bruto		192.530	169.399
Despesas de vendas		(3.849)	(5.706)
Despesas gerais e administrativas	20	(46.459)	(46.775)
Outras (despesas) receitas, líquidas		(2.497)	11
		(52.805)	(52.470)
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		139.725	116.929
Receitas financeiras		15.026	36.644
Despesas financeiras		(9.756)	(27.512)
Despesas financeiras, líquidas	21	5.270	9.132
Resultado antes dos impostos		144.995	126.061
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(32.845)	(24.900)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(17.605)	(13.158)
Lucro líquido do exercício		**94.545**	**88.003**

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Resultado do exercício/Período	94.545	88.003
Outros resultados abrangentes	213	898
Resultado abrangente total	94.758	88.901

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2019	**204.120**	**(806)**	**117.669**	**320.983**
Outros resultados abrangentes do exercício	-	898	-	898
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	88.003	88.003
Saldos em 31 de março de 2020	**204.120**	**92**	**205.672**	**409.884**
Outros resultados abrangentes do exercício	-	213	-	213
Baixa de ágio	-	-	(21.474)	(21.474)
Dividendos	-	-	(58.692)	(58.692)
Resultado do exercício	-	-	94.545	94.545
Saldos em 31 de março de 2021	**204.120**	**305**	**220.051**	**424.476**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de março de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**94.545**	**88.003**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	20.428	19.573
Variação cambial sobre empréstimos	(11.735)	(16.949)
Custo residual do ativo imobilizado baixado	405	20
Provisão para benefício pós-emprego	(2.343)	(1.348)
Provisões para estoques	156	439
Outras provisões	9.338	10.425
Provisões para contingências	1.595	1.160
Despesas com imposto de renda e contribuição social	50.560	38.058
	162.948	139.381
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	5.465	(50.005)
Estoques	(6.198)	(5.115)
Ativo Fiscal	(6.605)	(13.640)
Depósito Judicial	(805)	80
Outros ativos	(7.860)	12.790
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(15.548)	(239)
Obrigações sociais e previdenciárias	20	(941)
Impostos e contribuições a recolher	(270)	8.327
Outras contas a pagar	(1.046)	(1.006)
Empresas ligadas	(10.589)	(6.245)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.788)	(27.238)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	91.725	56.149
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(17.194)	(15.387)
Empréstimo concedido	(31.044)	(46.210)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(48.238)	(61.597)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos	(58.692)	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	-	1.288
Pagamento de empréstimos	(412)	(89)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(59.104)	1.199
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(15.617)	(4.249)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.034	38.283
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.417	34.034
	(15.617)	(4.249)

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

1. Contexto operacional: A Birla Carbon Brasil Ltda. ("Empresa") é uma entidade domiciliada no Brasil. A Empresa possui um escritório central na cidade de Santos e duas plantas, sendo uma no município de Cubatão no estado de São Paulo e a outra no município de Camaçari no estado da Bahia, ambas efetuam a produção de negro de fumo. A planta de Cubatão iniciou sua operação de negro de fumo em 1955 quando ainda pertencia à Copebrás e em 1996 passou a operar a sua unidade de geração de energia elétrica. A planta de Camaçari iniciou a operação de negro de fumo em 2007 e em 2010 foram concluídas as instalações da tubulação para a venda de gás de processo. As fontes de receita são decorrentes da venda e revenda de negro de fumo no mercado interno e mercado externo, bem como, venda de energia elétrica, vapor e gás de processo (Tail Gas). O negro de fumo é largamente aplicado como aditivo na borracha e seus derivados, tendo o setor automobilístico como principal mercado consumidor e o setor petroquímico como principal fornecedor de matéria-prima. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de pronunciamentos contábeis ("CPC"):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de setembro de 2021. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio de resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 14 -** Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL); • **Nota explicativa 15 -** Plano de suplementação de aposentadoria; • **Nota explicativa 16** - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de cambio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* • **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. • **Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. *Ativos financeiros:* A Empresa classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa não registra o contas a receber ao seu valor presente por estimar que os valores não são significativos. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2021 e 2020. **c. Receita líquida:** ***Venda de produtos:*** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As principais receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida com base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. As principais despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre conta garantia, empréstimos, multas e variações cambiais passivas e despesas bancárias. **e. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Planos de benefício pós-emprego:*** A Empresa é patrocinadora de planos de pensão de contribuição definida, para a maioria dos funcionários do quadro atual, e de benefício definido para funcionários retirados que adquiriam esse plano. A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de benefício pós-emprego é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Empresa. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada aos serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem um direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios sejam um direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtivo presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. ***(i) Imposto corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **h. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, mesmo quando construídos internamente. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação geralmente é reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	20 - 30 anos
Máquinas, Equipamentos e instalações	04 - 20 anos
Máquinas, Equipamentos (Reatores)*	01 - 20 anos
Móveis e utensílios	12 - 15 anos
Equipamentos de informática	03 - 05 anos
Veículos	05 anos

Os métodos de depreciação das vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **j. Redução ao valor recuperável de ativos *(Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável (*impairment*). Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; e • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados aos seus valores presentes usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3; e • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	19	12
Bancos	537	34.022
Aplicação	17.861	-
	18.417	**34.034**

O saldo de aplicação financeira em 31 de março de 2021 é relacionado ao CDB - Certificado de Depósito Bancário (Bradesco) - 20% a.a. da CDI de remuneração.

5. Contas a receber de clientes

	2021	2020
No país **(i)**	166.960	166.746
No exterior	3.420	5.920
Partes relacionadas **(ii)** (nota explicativa 8)	-	2.933
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa **(iii)**	(1.926)	(1.294)
	168.454	**174.305**

(i) Cessão de crédito: A fim de atender a necessidade de alongamento do prazo no faturamento de vendas de determinados clientes do mercado interno, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação (sem direito de regresso) negociada entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a Empresa cede as duplicatas/títulos de sua emissão a esses bancos. Em decorrência da ausência de coobrigação na cessão desses títulos, a Empresa está desobrigada integralmente de cobrir junto aos bancos qualquer eventual valor não quitado por parte desses clientes. Como consequência, os títulos negociados sob esta condição são baixados do saldo de contas a receber imediatamente após a entrada dos recursos financeiros em nossa conta bancária. **(ii) Contas a receber com partes relacionadas:** O saldo de conta a receber com partes relacionadas consiste substancialmente em notas de débitos emitidas para a interligada Birla Carbon U.S.A., INC referente a reembolsos de despesas. **(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Empresa efetuou avaliação da realização dos ativos financeiros, verificando a necessidade de registrar estimativa com perda no recebimento de títulos a receber. A referida avaliação foi baseada na análise retrospectiva de perdas incorridas nos dois últimos exercícios sociais e perdas esperadas com base no relatório de perspectiva de mercado emitido por empresa especializada. O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras em 31 de março está assim demonstrado:

	2021	2020
A vencer	166.035	164.095
Vencidos		
Até 30 dias	1.186	7.603
Entre 31 e 60 dias	208	318
Entre 61 e 120 dias	-	-
Maior 120 dias	1.025	2.289
	168.454	**174.305**

O movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o ano foi o seguinte:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2021	2020
Saldo inicial	(2.964)	(2.964)
Constituição	-	-
Saldo final	**(2.964)**	**(2.964)**

6. Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	21.116	31.648
Matérias-primas	30.886	14.608
Almoxarifado	16.846	16.550
	68.848	**62.806**

O montante de provisão para perdas de estoques alocado no estoque em 31 de março de 2021 foi de R$ 737 (R$ 581 em 2020), saldo substancialmente registrado na linha de almoxarifado.

Provisão para perdas de estoques	2021	2020
Saldo inicial	(581)	(143)
Constituição	(156)	(705)
Reversão/Utilização	-	267
Saldo final	**(737)**	**(581)**

7. Impostos a recuperar

	2021	2020
PIS	4.821	3.772
COFINS	22.213	17.382
ICMS	9.635	8.166
Outros	988	1.732
Total	**37.657**	**31.052**
Circulante	28.973	23.282
Não circulante	8.684	7.770
	37.657	**31.052**

Suportado pela opinião legal de nossos advogados, a Empresa mantém registrado o montante de R$ 15.835 em 31 de março de 2021 (R$ 12.883 em 2020) referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS baseado no valor do ICMS recolhido do período de Janeiro/2015 a Março/2021, cálculo de acordo com o estabelecido pela Solução de Consulta Interna Cosit 13/2018 e pela Instrução Normativa 1911/2019 emitidos pela Receita Federal do Brasil - RFB. A Empresa possui outro processo o qual foi transitado e julgado em 14 de janeiro de 2019 mas que a mensuração e registro será registrada quando a Empresa obter uma base confiável dessa estimativa. A Empresa está efetuando os esforços para concluir o cálculo dessa estimativa o quanto antes. Parte dos créditos do ICMS tem origem no investimento contínuo da Empresa na aquisição de imobilizado relacionado com a produção (CIAP), bem como parte está relacionada com operações de transferência de produtos acabados da planta de Cubatão - SP para a planta de Camaçari. A administração da Empresa continua tomando providências em relação à realização dos créditos acumulados de ICMS da planta de Camaçari e entende que tais créditos serão integralmente realizados em operações de venda de negro de fumo e por meio de mudanças em sua operação. Entre as mudanças realizadas, destaca-se a gradual interrupção das transferências de produtos acabados da planta de Cubatão para a planta de Camaçari e, quando aplicável, a venda de negro de fumo deste estabelecimento para clientes localizados fora do Estado da Bahia.

8. Partes relacionadas

	2021	2020
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Birla Carbon Thailand Public Co. Ltd.	-	2.582
Birla Carbon U.S.A., INC	-	351
Total	**-**	**2.933**
Outras contas a receber		
Birla Carbon U.S.A., INC	384	-
Total	**384**	**-**
Empréstimo **(i)**		
CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l	34.253	-
Total	**34.253**	**-**
Ativo não circulante		
Empréstimo **(i)**		
Indigold Carbon Hungary LLC	71.685	63.159
Total	**71.685**	**63.159**
Passivo circulante		
Royalty a pagar **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	1.269	2.315
Total	**1.269**	**2.315**
Não circulante		
Contas a pagar		
Birla Carbon U.S.A., INC	10.748	9.808
Birla Carbon North Bend US	12	11
Total	**10.760**	**9.819**
	2021	**2020**
Receita de juros mútuo (i)		
CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l	329	-
Indigold Carbon Hungary LLC	2.653	2.672
Subtotal	**2.982**	**2.672**
Total	**2.982**	**2.672**
Despesa		
Despesa de royalty **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	13.736	12.375
Total	**13.736**	**12.375**

(i) Contratos de empréstimos: Refere-se a empréstimo com Indigold Carbon Hungary LLC, na ordem de USD 12.000, remunerados a taxa Libor anual e spread de 3%, sendo os juros e principal serão liquidados em Abril de 2024. Refere-se a empréstimo com CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l, na ordem de USD 6.000, remunerados a taxa Libor anual e spread de 1%, sendo os juros liquidados trimestralmente e principal em Junho de 2025. Em Maio de 2021, foi antecipado o prazo e liquidado o mútuo ativo no montante de R$ 30.600 (US$ 6.000) conforme contrato de câmbio registrado no Banco Central. **(ii) Contratos de royalties:** Para fornecimento de tecnologia industrial para a produção de negro de fumo a Empresa remunera a coligada estrangeira (Columbian Intl. Chemical Corp.) um percentual sobre a receita liquida das vendas de produtos para terceiros, conforme estabelecido nos contratos averbados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A remuneração dos diretores foi de R$ 7.526 no exercício findo em 2021 (R$ 7.499 em 2020).

9. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios (ii)	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos Informática	Veículos	Obras em andamento (i)	Total
Saldo em 1º de abril de 2019	**3.668**	**14.934**	**64.397**	**426**	**2.079**	**1.581**	**35.571**	**122.657**
Aquisições	-	1.288	-	-	-	-	14.098	15.386
Baixas - Alienações	-	-	(9)	(8)	(1)	-	-	(18)
Transferências	-	89	32.016	22	1.712	66	(33.905)	-
Depreciação	-	(1.238)	(12.156)	(195)	(1.168)	(387)	-	(15.143)
Saldo em 31 de março de 2020	**3.668**	**15.073**	**84.248**	**245**	**2.622**	**1.260**	**15.764**	**122.880**
Aquisições	-	-	-	-	-	-	20.802	20.802
Baixas - Alienações	-	-	-	-	(1)	(404)	-	(405)
Transferências	-	1.110	10.239	39	453	231	(12.073)	-
Depreciação	-	(1.133)	(13.478)	(43)	(1.005)	(340)	-	(15.999)
Saldo em 31 de março de 2021	**3.668**	**15.050**	**81.009**	**241**	**2.069**	**747**	**24.493**	**127.278**

(i) O imobilizado em andamento é composto basicamente por gastos com projetos de reforma e substituição de componentes das unidades produtivas e alguns outros de modernização de parte do processo produtivo. (ii) O montante de R$ 1.288 refere-se a contrato de arrendamento financeiro conforme detalhado na nota explicativa 12 - Empréstimos e financiamentos. A depreciação deste direito de uso é de R$ 21 mensal, sendo que neste exercício social a depreciação acumulada é de R$ 429.

10. Intangível

	Softwares	Ágio pago em aquisição	Total
Saldo em 1º de abril de 2019	**8.858**	**21.474**	**30.332**
Amortização	(4.429)	-	(4.481)
Saldo em 31 de março de 2020	**4.429**	**21.474**	**25.903**
Baixa	-	(21.474)	(21.474)
Amortização	(4.429)	-	(4.429)
Saldo em 31 de março de 2021	**-**	**-**	**-**

11. Fornecedores

	2021	2020
No país	53.533	72.184
Contratos de seguro	4.745	2.363
Provisão compromissos imobilizado	3.609	963
Provisões gastos manutenção	716	245
Outras provisões	3.821	2.608
Total	**66.424**	**78.363**

12. Empréstimos e financiamentos

	Passivos de arrendamentos
Saldo em 31 de março de 2019	-
Adoção Inicial	1.288
Juros	77
Pagamentos	(89)
Saldo em 31 de março de 2020	**1.276**
Contratação	-
Juros	158
Pagamentos	(412)
Saldo em 31 de março de 2021	**1.022**
Passivo circulante	354
Passivo não circulante	668
	1.022

Arrendamento financeiro: Em Agosto de 2019 a Empresa iniciou contrato de locação de imóvel de 60 meses para o seu escritório central na cidade de Santos. O referido contrato foi reconhecido como arrendamento segundo a norma CPC 06(R2). O reconhecimento inicial foi R$ 1.288 de passivo de arrendamento a uma taxa de desconto anual 9,00% e total de contraprestações de R$ 1.622.

13. Obrigações sociais e previdenciárias

	2021	2020
Participação resultados	3.176	3.945
Férias	4.952	4.997
13º salário	647	682
Outros	95	75
	8.870	**9.699**

14. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): a. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de março, está apresentada como segue:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	144.995	126.061
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
pela alíquota fiscal combinada	(49.298)	(42.861)
Adições/(Exclusões) permanentes		
Preço de transferência	-	58
Gratificações	175	215
Benefícios incentivados (PAT)	589	448
Royalties	5.511	4.164
Outros	42	(82)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(32.845)	(24.900)
Diferido	(17.605)	(13.158)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(50.450)	(38.058)
Alíquota efetiva	35%	30%

b. Composição dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (iii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT). O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	2020
Prejuízo fiscal	-	7.713
Base de cálculo negativa de contribuição social	-	2.837
Provisão para PLR	1.037	1.313
Variação cambial	(7.498)	(6.348)
Outras provisões	(3.196)	2.543
Impostos diferidos à taxa combinada de 25% para IRPJ e 9% para CSLL	**(9.657)**	**8.058**

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Empresa. Os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social somavam os montantes de R$ 30.853 e R$ 31.525 em 31 de março de 2020, respectivamente. Com base no lucro tributário obtido pela Administração da Empresa o saldo foi consumido integralmente em fevereiro de 2021.

15. Plano de suplementação de aposentadoria

	2021	2020
Assistência médica	909	1.138
Plano de pensão	589	1.131
Indenização salarial	8.354	10.139
Saldo final	**9.852**	**12.408**
Circulante	1.309	2.079
Não circulante	8.543	10.329
	9.852	**12.408**

a. Contribuição definida: A Empresa mantém em cooperação com seus funcionários um plano de aposentadoria na modalidade de "contribuição definida", por meio da "Fundambrás", entidade fechada de previdência complementar, sendo as contribuições dos funcionários determinadas com base em um percentual entre zero e 5% do salário de participação e a contribuição da Sociedade com 50% da contribuição do participante. No exercício social findo em Março de 2021 para o plano básico contemplava 214 funcionários, e para o plano suplementar 207 funcionários. Nesses exercícios sociais as contribuições ao plano pela Empresa no plano básico somaram R$ 1.443 e R$ 1.525, respectivamente. As contribuições ao plano suplementar por parte da Empresa somaram R$ 638 e R$ 616, respectivamente. Contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida por meio da "Fundambrás", entidade fechada de previdência complementar, desvinculados da Previdência Social. Inclui também o benefício diferido por desligamento, além dos chamados benefícios de risco: aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-doença. As contribuições das patrocinadoras apresentam-se como segue: • **Contribuição ordinária** - destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. É idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 5% dos seus salários de participação. • **Contribuição extraordinária** - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério das patrocinadoras. • **Contribuição normal** - para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário por ocasião da elaboração das avaliações atuariais. • **Contribuição especial** - destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente. **b. Plano de benefício definido:** A Empresa patrocina um plano de benefício e aposentadoria, de renda vitalícia e renda financeira, contempla 29 assistidos de forma vitalícia, 13 assistidos do plano básico e 16 assistidos do plano suplementar e 145 assistidos de forma financeira, 59 assistidos do plano básico e 86 assistidos do plano suplementar . O passivo atuarial, referente a este plano reconhecido em 31 de março de 2021 e 2020 é de R$ 589 e R$ 1.131, respectivamente. **c. Outros planos de benefícios a empregados:** O benefício de assistência médica é concedido aos ex-empregados da Empresa que já se encontram aposentados na previdência oficial do governo (INSS) e consiste no reembolso de metade do gasto com o plano de assistência médica aos ex-empregados e seus dependentes legais por um período de dois anos após a saída da Empresa. Aos ex-empregados com idade superior a 45 anos e tempo de Empresa superior a 5 anos de trabalhos consecutivos na Empresa, é concedido o benefício de um mês de salário e adicionais como forma de indenização. Anualmente a Empresa revisa suas premissas e estimativas com base em relatórios de atuários. A estimativa referente ao benefício de assistência médica a ex-empregado é reconhecida no passivo e seu montante é de R$ 909 e R$ 1.138 respectivamente em 2021 e 2020. A estimativa referente à indenização salarial é reconhecida no passivo e seu montante é de R$ 8.352 e R$ 10.139 respectivamente em 2021 e 2020. **d. Premissas atuariais:** As principais premissas atuariais, em 31 de março, são as seguintes:

	2021	2020
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	7,01% a.a.	6,70% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	7,01% a.a.	6,70% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,32% p.a.	5,67% p.a.
Inflação	3,25% p.a.	3,60% p.a.
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca amenizada em 20%	Light Fraca amenizada em 20%

16. Provisão para contingências: A Empresa apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Provisões	2021	2020
Contingências trabalhistas	1.565	1.392
Contingências tributárias	48.149	47.774
Total	**49.714**	**49.166**
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciários	1.247	760
Tributário	53.288	52.863
Total	**54.535**	**53.623**

a. Natureza das contingências: A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou depósitos recursais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: ***(i) Tributárias:*** • **Tributárias -** referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à majoração da alíquota e da extensão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário e evitar eventual contingência, a Empresa realizou depósito judicial das parcelas controversas. Os depósitos judiciais tributários são em sua maioria referentes a este processo. ***(ii) Trabalhistas:*** • **Contingências trabalhistas e previdenciárias** - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

	Provisões para contingências		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de março de 2020	**1.392**	**47.774**	**49.166**
Adições/Atualizações	1.219	376	1.595
Baixas por pagamentos	(1.046)	-	(1.046)
Saldo em 31 de março de 2021	**1.565**	**48.149**	**49.714**

	Depósitos judiciais		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de março de 2020	**760**	**52.863**	**53.623**
Adições/Atualizações	902	424	1.326
Baixas	(414)	-	(414)
Saldo em 31 de março de 2021	**1.247**	**53.287**	**54.535**

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$ 141.474 (R$ 136.245 em 31 de março de 2020), que referem-se substancialmente a causas tributárias, cíveis e trabalhistas, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17. Patrimônio líquido: Capital autorizado: Em 31 de março de 2021 e 2020 o capital social da Empresa estava dividido em 2.041.200.000 quotas de R$ 0,10 cada uma e distribuído entre os seguintes quotistas:

	Cotas	Capital social
CC Holdco (Luxembourg) S.A.R.L	2.039.158.800	203.915.880
Indigold Carbon (Netherlands) B.V.	2.041.200	204.120
Total do capital social	**2.041.200.000**	**204.120.000**

Os sócios representando a totalidade do capital social da Empresa, por meio de reunião ordinária de sócios datada de 07 de Março de 2019 decidiram autorizar a distribuição de dividendos no montante de R$ 58.692 mil correspondente a US$12.000 mil conforme demonstração financeira de 31 de Março de 2018, operação remetida em 09 de Junho de 2020.

18. Receita líquida

	2021	2020
Receita operacional bruta	1.075.279	1.143.924
Tributos sobre venda	(221.249)	(233.382)
Devoluções de venda	(301)	(2.280)
Abatimentos de venda	(91.494)	(125.392)
Frete sobre vendas	(5.478)	(5.207)
Receita operacional líquida	**756.757**	**777.664**

A Empresa vende os seus produtos no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por produto vendido. Quanto à natureza dos produtos vendidos, a receita líquida tem a seguinte composição:

	2021	2020
Receita venda negro de fumo mercado doméstico	707.661	724.850
Receita venda negro de fumo exportação	21.263	13.517
Receita sucatas, outros e/ou desperdícios	235	269
Receita venda utilidades	27.598	39.028
Total	**756.757**	**777.664**

19. Custo dos produtos vendidos

	2021	2020
Matéria-Prima, embalagem e outros materiais	(440.007)	(488.603)
Gastos com pessoal	(38.750)	(47.272)
Manutenção	(28.541)	(24.292)
Depreciação	(14.719)	(13.509)
Serviços, locações e seguros	(13.035)	(14.531)
Utilidades	(25.284)	(14.783)
Outros	(3.891)	(5.275)
	(564.227)	**(608.265)**

20. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Gasto com pessoal	(16.343)	(16.438)
Depreciação	(6.319)	(6.672)
Serviços, locações e seguros	(5.483)	(6.207)
Royalties	(13.567)	(12.338)
Outros	(4.747)	(5.120)
	(46.459)	**(46.775)**

21. Despesas financeiras líquidas

	2021	2020
Receitas financeiras		
Variação cambial	11.864	33.635
Encargos e juros	3.162	3.009
	15.026	**36.644**
Despesas financeiras		
Variação cambial	(2.287)	(17.138)
Encargos e juros	(7.437)	(10.325)
Outros	(32)	(49)
	(9.756)	**(27.512)**
	5.270	**9.132**

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Empresa. **Visão geral:** A Empresa está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de câmbio; e • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa relacionada a cada um dos riscos acima e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa. **Estrutura de gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. Para o saldo do contas a receber o risco é baixo e a Empresa faz o acompanhamento do saldo em aberto constantemente. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4)	18.417	34.034
Contas a receber de clientes (nota explicativa 5)	168.454	174.305
Outras contas a receber	16.471	8.225
Empréstimos com partes relacionadas	105.938	63.159
Total	**309.280**	**279.723**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa e equivalentes de caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. A Empresa como um todo não teve a necessidade, assim como não é projetada a captação de recursos financeiros com instituições financeiras externas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

2021	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (nota explicativa 11)	66.424	66.424	66.424	-
Contas a pagar com parte relacionada (nota explicativa 8)	12.029	12.029	1.269	10.760
	78.453	**78.453**	**67.693**	**10.760**

2020	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (nota explicativa 11)	78.363	78.363	78.363	-
Contas a pagar com parte relacionada (nota explicativa 8)	12.134	12.134	2.315	9.819
	90.497	**90.497**	**80.678**	**9.819**

Risco de mercado: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e câmbio incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos ou passivos significativos sujeitos a variação de taxa de juros, e com relação a taxa de câmbio, a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos. ***Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:*** A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em operações de mútuos a pagar. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	Valor contábil	
	2021	2020
Passivos financeiros		
Contas a pagar para parte relacionadas	12.029	12.134

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Exposição	Taxa	Cenários I	II	III	IV	V
Passivos financeiros	Valor	31/03/21	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Contas a receber - No exterior (USD)	603	5,6973	3.434	4.293	5.152	2.576	1.717
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	67	5,6973	384	480	576	288	192
Valores a pagar a empresas ligadas	1.889	5,6973	10.760	13.450	16.140	8.070	5.380

Risco de taxa de câmbio: A Empresa está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A Empresa não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a Administração da Empresa entender que esse risco não é significativo. Os principais montantes da Empresa não são recebíveis em USD, porém a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Empresa avalia que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. ***Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio:*** A Empresa não possui instrumentos financeiros (contas a receber, contas a pagar, empréstimos ou financiamentos) denominados em moeda estrangeira, além daqueles mantidos com partes relacionadas. A Administração considera que não há instrumentos financeiros que possam oferecer riscos relevantes de cobertura. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários possível e provável representam, respectivamente, uma deterioração de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista	
	2021	2020
USD	5,6973	5,1987
Cenário I Possível - 25%	7,1216	6,4984
Cenário II Provável - 50%	8,8160	7,7980

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. ***Gerenciamento do capital:*** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Total passivo	173.122	174.161
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(18.417)	(34.034)
Dívida líquida	154.705	140.127
Total patrimônio líquido	424.476	409.884
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de março	**0,36**	**0,34**

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2021
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	18.417	-	18.417
Outras contas a receber	16.471	-	16.471
Empréstimos com partes relacionadas	105.938	-	105.938
Contas a receber de clientes	168.454	-	168.840
Total	**309.280**	**-**	**309.666**
Passivos			
Fornecedores	-	66.424	66.424
Valores a pagar a empresas ligadas	-	12.029	12.029
	-	**78.453**	**78.453**

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2020
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	34.034	-	34.034
Empréstimos com partes relacionadas	8.225	-	8.225
Contas a receber de clientes	174.305	-	174.305
Total	**279.723**	**-**	**279.723**
Passivos			
Fornecedores	-	78.363	78.363
Valores a pagar a empresas ligadas	-	12.134	12.134
Total	**-**	**90.497**	**90.497**

23. Eventos subsequentes: (i) Geral: Em Maio de 2021, a Empresa pagou dividendos no montante total de R$ 30.630 (U$$ 6.006) aos seus dois sócios quotistas conforme deliberado em ata de reunião ordinaria. Em Maio de 2021, foi antecipado o prazo e liquidado o mútuo ativo no montante de R$ 30.600 (US$ 6.000) com a empresa ligada, CC Holdco (Luxembourg) SARL conforme contrato de câmbio registrado no Banco Central. Em Agosto de 2021 a Empresa pagou dividendos no montante total de R$ 80.092 (U$$ 15.000) aos seus dois sócios quotistas conforme deliberado em ata de reunião ordinária.

Adilson Trevisan - Diretor Financeiro

Fabio Fernandez dos Santos - Contador CRC 1SP-218483/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Quotistas da Birla Carbon Brasil Ltda. Cubatão - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Birla Carbon Brasil Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Birla Carbon Brasil Ltda. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 7, em 14 de janeiro de 2019 a Empresa obteve decisão favorável em trânsito em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 2003 em diante. Como consequência de tal decisão, a Empresa obteve o direito legal de reconhecer o correspondente ativo relativo a esse crédito tributário no exercício findo em 31 de março de 2019. Até a conclusão dos nossos trabalhos, a Empresa não havia finalizado todo o levantamento do referido crédito com a respectiva documentação suporte. Se a Empresa tivesse concluído o levantamento do referido crédito certos elementos das demonstrações financeiras dos exercício findos em 31 de março de 2020 e 2021 poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos referidos ajustes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2021. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de Setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6

Rafael Pereira - Contador CRC 1SP255172/O-5